

Comunidades Ribeirinhas: identidade e diversidade Riverside communities: identity and diversity

Elizarégia Reis de Castro

Submetido em: 05/03/2023

Aprovado em: 06/03/2023

Publicado em: 20/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.500

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo analisar a identidade e diversidade das comunidades ribeirinhas, contribuindo para o debate teórico sobre as comunidades tradicionais na Amazônia. Como metodologia se utilizou pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa de modo a inter-relacionar os conceitos que dessem sustentação à pesquisa. Concluiu-se as comunidades ribeirinhas produzem uma gama de significados por meio das vivências as margens dos rios e de expressões simbólicas construídas e organizadas que se estabelecem socialmente legitimando as identidades territoriais individuais e coletivas.

Palavras-chave: comunidades, ribeirinhas, identidade, diversidade

ABSTRACT

This article aims to analyze the identity and diversity of riverside communities, certainly for the theoretical debate on traditional communities in the Amazon. As a methodology, bibliographical research was used, with a qualitative approach in order to interrelate the concepts that would support the research. It was concluded that riverside communities reach a range of meanings through experiences on the banks of rivers and built and organized manifestations that establish themselves socially, legitimizing individual and collective territorial identities.

Keywords: communities, riverside, identity, diversity

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país rico em diversidade e pluralidade cultural compondo um cenário de diferenças geográficas e identitárias, estando nesse contexto as regiões ribeirinhas da Amazônia que são formados por comunidades rurais cujo modo de vida social é reconhecido como tradicional.

As comunidades ribeirinhas possui particularidades como a cultura cabocla, residentes em locais rodeados por rios e florestas exigindo do Estado um olhar de reconhecimento das diferenças nesses ambientes.

Entende-se que o território é uma garantia de sobrevivência e manutenção da identidade das comunidades ribeirinhas, cujas particularidades advêm do processo de formação social do local.

Assim, a diversidade se dá por conta de fluxos humanos que formaram as comunidades tradicionais, construindo uma relação com o território e os agentes externos que se incluem em categorias não-tradicionais.

Deste modo, esse artigo tem como objetivo analisar a identidade e diversidade das comunidades ribeirinhas, contribuindo para o debate teórico sobre as comunidades tradicionais na Amazônia. Como metodologia se utilizou pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa de modo a inter-relacionar os conceitos que dessem sustentação à pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IDENTIDADE E RELAÇÕES DE PODER NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E O ESTADO

1

O campo e a cidade sempre foram vistos como dois locais geograficamente distintos, sendo o campo considerado, popularmente, como aquele local pacato, onde são realizadas atividades rurais, e localizados nos interiores dos estados. Já a cidade, representada pela capital do estado, sempre foi vista como o espaço de urbanização, um centro comercial.

Marques (2002), em relação à interpretação das relações entre o campo e a cidade, considera duas correntes, sendo a primeira a visão dualista e dicotômica, que opõe o espaço rural do espaço urbano, sendo o campo, refletor do atraso, enquanto que a cidade reflete o progresso.

A segunda corrente mencionada pelo autor é a *continuum rural-urbano*, esta que se baseia na ideia de que o avanço do processo de urbanização representa mudanças significativas para toda a sociedade, atingindo também o espaço rural, fazendo com que esse espaço se aproxime do espaço urbano.

Essa última corrente, *continuum rural-urbano*, é a que melhor se adapta aos dias de hoje, haja vista que traz uma proximidade do campo e da cidade, reforçando a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural. (WANDERLEY, 2000).

Ressalta-se que na própria corrente do *continuum rural-urbano*, segundo Wanderley (2000), existem mais duas interpretações, a urbano-centrada onde ocorre uma hegemonização espacial e social que apontam para o fim da realidade rural.

E outra, que considera o *continuum rural-urbano* com a aproximação entre o campo e a cidade, havendo semelhanças entre eles, as peculiaridades de cada uma não são excluídas, portanto, não há possibilidade de fim do espaço rural.

Para analisar a relação entre o campo e a cidade, Marques (2002) menciona a teoria de Lefebvre, um geógrafo francês, que considera esses dois espaços como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade. Para este geógrafo, o espaço rural encontra-se cada vez mais envolvido pelo tecido urbano.

Como se pode perceber há uma ampliação do espaço urbano ao se utilizar o termo tecido urbano, os autores incluem as vias de circulação, torres de transmissão, redes de energia, enfim, objetos técnicos que estejam presentes no espaço rural, mas que na verdade tenham características urbanas.

Nesse contexto, a cidade passa a ter um importante papel na produção agrícola em decorrência da modernização, do surgimento de novas tecnologias disponibilizadas para a produção, o armazenamento, o acondicionamento e para a circulação do que é cultivado no campo.

Salienta-se, que as peculiaridades existentes entre os atores sociais do espaço rural e do espaço urbano necessitam serem constatados de forma empírica, visto que a população rural vem apresentando relações sociais com a cidade e com a ideologia urbana.

Vale salientar que, com a entrada do capitalismo é sufocada a economia de subsistência, fazendo com que os trabalhadores rurais sejam inseridos no meio urbano como consumidores e em seguida expropriados de suas terras para viver e trabalhar na cidade em condições subumanas e escravistas.

Com o avanço da modernização, a produtividade agrícola cresceu substancialmente e com ela ocorreu a proliferação de empresas prestadoras de serviços no preparo de solo, colheita, pulverizações, entre outras.

Enquanto isso, o espaço rural passou a ser valorizado pelas indústrias como meio de minimizar os custos devido à proximidade da matéria prima e obtenção de mão de obra não sindicalizada e mais barata. Além disso, também passou a ser procurado como forma de lazer e de moradia das famílias urbanas de classe média e alta.

Ressalta-se que o desenvolvimento econômico proporcionou o acesso dos trabalhadores rurais aos serviços na cidade reduzindo a distância física e social entre as populações (CARDOSO, 2022).

Além disso, o campo deixou de ser somente espaço agrícola para se transformar em um ambiente de lazer para os moradores das cidades que procuram uma melhor qualidade de vida longe de congestionamentos e poluições urbanas. (WANDERLEY, 2000).

O fato é que essa modernização e as inovações tecnológicas provocam um avanço na sociedade ao mesmo tempo em que estimulam o consumismo excessivo. Existe uma disparidade de classe social, uma dependência dos mundos dominantes.

Esse fenômeno provoca uma mistura dos povos, raças, culturas, gostos, que se não fosse pelo interesse em produzir capital, seria um importante fundamento para transformações sociais e políticas. (SANTOS, 2000).

Porém, o que ocorre é uma ruptura na identidade dos trabalhadores rurais, que se trata da interação do “eu” com o “outro” influenciando os valores, crenças e ideologias do indivíduo, como uma ação em sucessivo desenvolvimento e mudança constante, havendo um processo eficaz associado a mudanças em relação a tempo e espaço social de referência.

2

A ruralidade pode ser colocada então, como um processo rural ambivalente que envolve a construção de ruralidades no mundo urbano, havendo uma separação entre o imaginário e a realidade, como por exemplo, a festa junina no Brasil se trata de uma imagem urbana do rural, ou seja, uma ruralidade. (DE PAULA, 2001).

Desta forma entra em questão a identidade onde o rural e o urbano pode está inserida no mesmo ator social produzindo elementos urbanos no meio rural e ampliando o projeto de modernização. (MOREIRA, 2002).

Vale ressaltar que a ruralidade ocorre também com a população urbana, que é atraída pela mídia para o campo, vendo esse espaço como sinônimo de natureza e qualidade de vida, assim, Lima (2005) ressalta que existem elementos da ruralidade no urbano e da urbanidade no meio rural.

Diante do exposto, compreende-se que o termo “rural” não se trata mais somente de um espaço e, sim expressa as relações sociais nela inseridas e “ruralidade” compreende um rural moldado socialmente.

2.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS RIBEIRINHOS COMO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO

O conceito de identidade está adjunto à existência de “outros” e à identidade pessoal, está basicamente ligado a natureza psicológica, dando a percepção da própria existência do ser humano, como pessoa que se relaciona com outros sujeitos, com os quais forma um grupo social.

A identidade é a interação do “eu” com o “outro” influenciando os valores, ideias, crenças e ideologias do indivíduo, como um processo em contínua evolução e mudança constante, havendo um processo dinâmico associado a mudanças em relação a tempo e espaço social de referência.

A definição da identidade é ampliada para o contexto social e cultural, sendo elaborado pelo convívio social, de geração para geração, pela vivência do dia a dia, tendo como elementos fundamentais o social e o religioso, onde o social é resultado da articulação entre o religioso e o cultural (FRIAS, 1998, p. 61).

A sociedade estabelece um modelo de conduta e relaciona as pessoas de acordo com as características consideradas comuns e adequadas aos membros de determinadas categorias.

Assim, pode-se dizer que a sociedade determina um padrão externo que presume ao indivíduo a classe e os predicados, a identidade social e as relações com o meio em que este deve estar inserido.

Pode-se dizer que a identidade é estabelecida na relação social com o outro, é um fenômeno concreto, social, histórico e político. A sociedade cria um modelo padrão a ser seguido que nem sempre corresponde à realidade, mas ao que Goffman (1988) designa de uma identidade social virtual. O que chama de atributos da identidade social real, são, de fato, o que pode confirmar a que classe o indivíduo pertence.

Assim, pode-se dizer que a identidade social virtual é aquela importada pela sociedade, e a identidade social real são as características que o indivíduo possui na realidade.

Atualmente, a identidade social sofre bastante influência dos meios tecnológicos, principalmente da internet, esta que consiste em um meio midiático que favorece as novas formas de sociabilidade e participação social.

Passou a ser um instrumento de distribuição de informações e preocupações, o que antes não tinha espaço para ser exposto. Se o objetivo seria reduzir as diferenças, ampliar o conhecimento, encurtar distâncias, estes fatores não poderiam vir juntos a influência de culturas que contrapõe contrastes entre a autonomia da pessoa em sua cultura de raiz e uma rede de relações necessárias para o exercício da sociedade, liberdade e prática de responsabilidade.

Embora o espírito capitalista de homogeneização sociocultural tenha predominado, não conseguiu eliminar as diferenças, e a utopia igualitária não burlou seu objetivo final, que na verdade, significava uma imposição cultural. (CITTADINO, 2000).

Seguindo esta linha de raciocínio, ressaltam-se que o ambiente e a identidade humana estão estreitamente ligados, as condições determinadas pelo lugar alteram o modo de vida das pessoas, portanto à medida que o local sofre modificação, as pessoas também se renovam para adaptar-se a esse.

As comunidades ribeirinhas, no cerne da agricultura familiar, portanto, sofreu várias transformações com a entrada do capitalismo, mas sem perder sua importância. Nos tempos antigos o processo de produção rural tratava-se de uma forma de sustento e as relações de trabalho não se baseavam apenas nas leis de mercado e sim em trocas entre comunidades (MARTINS, 1975).

Com o avanço da modernização, a produtividade agrícola cresceu substancialmente e com ela ocorreu a proliferação de empresas prestadoras de serviços no preparo de solo, colheita, pulverizações, entre outras.

O fato é que essa modernização, as inovações tecnológicas provocam um avanço na sociedade ao mesmo tempo em que estimulam o consumismo excessivo. Existe uma disparidade de classe social, uma dependência dos mundos dominantes.

3

Porém, o que ocorre é uma ruptura na identidade dos trabalhadores rurais, que se trata da interação do “eu” com o “outro” influenciando os valores, crenças e ideologias do indivíduo, como uma ação em sucessivo desenvolvimento e mudança constante, havendo um processo eficaz associado a mudanças em relação a tempo e espaço social de referência.

De acordo com Bonano (1989, *apud* PIRES, 2004) junto ao processo de diversificação ocorre uma alteração da identidade dos ribeirinhos na qual o formato tradicional destes estão em vias de tornarem-se entidades bastante diferentes daquelas que estamos habituados a perceber, ou seja, a Pluriatividade nas atividades agrícolas gerou alterações em termos de representação política e autoidentificação.

Destaca-se ainda que a identidade aqui abordada se refere à identidade cultural como um mecanismo de sobrevivência, defendendo o sujeito e seu território local e suas relações com o mundo e com a sociedade.

É importante estabelecer que existe diferença entre tipos de territórios. Aquele estabelecido por decisão política com região pré-definida e o território construído a partir do encontro de atores sociais. Neste último, há uma identidade construída, associada ao espaço de ação coletiva, formadas por relações histórico-culturais (CUCHE, 2001).

Barth (2000) compreende a identidade dentro de uma perspectiva analítica de construção de categorias sociais, no qual devem ser compreendidos a partir do seu contexto geográfico, histórico e econômico.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES DE PODER

Entende-se por políticas públicas, as diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público, formuladas em documentos que geralmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2006).

Fazendo uma distinção entre políticas públicas e políticas de governo, Carvalho Filho (2008, p. 110-111) explica:

Políticas públicas, por conseguinte, são as diretrizes, estratégias, prioridades e ações que constituem as metas perseguidas pelos órgãos públicos, em resposta às demandas políticas, sociais e econômicas e para atender aos anseios oriundos das coletividades. Vale a pena explicar o conceito. Diretrizes são os pontos básicos dos quais se originara a atuação dos órgãos; estratégias correspondem ao *modus faciendi*, isto é, aos meios mais convenientes e adequados para a consecução das metas; prioridades são as metas obtidas mediante processo de opção ou escolha, cuja execução antecederá à exigida para outros objetivos; e ações constituem a efetiva atuação dos órgãos para alcançar seus fins. As metas constituem os objetivos a serem alcançados: decorrem, na verdade, das propostas que nortearam a fixação das diretrizes. Por fim, temos os elementos mobilizadores, ou seja, as causas responsáveis pelas políticas públicas. De um lado, as demandas sociais, políticas e econômicas, representando os fatos que, em determinado lugar e tempo, rendem ensejo à perseguição de metas específicas. De outro, os anseios das coletividades, que é o que resulta das vontades coletivas, vale dizer, os resultados que, efetivamente, podem causar satisfação às pessoas em geral.

A adoção de políticas públicas é um demonstrativo de que o poder público está exercendo sua função sendo necessário o envolvimento de vários atores sociais para que se possa ter eficácia nas ações. Com isso a função o maior objetivo das políticas públicas é promover resultados de questões que envolvem o interesse público devendo por isso ser transparente e elaborada em espaços públicos (CARDOSO, 2022).

Estudos sobre o rural têm demonstrado que este espaço não pode ser mais visto apenas como o conjunto de atividades em decorrência das suas novas funções, dos novos tipos de ocupação, da modernização e da conjuntura de crise de reprodução da agricultura entre outras questões (CARNEIRO, 1998).

Martins (1986) e Jollivet (1997 *apud* SCHNEIDER, 2009) ao referenciar estudos já realizados, sobretudo pela sociologia, compartilham a ideia de que o rural não pode ser compreendido mediante o adjetivo de lugar, demarcação do espaço físico ou atividade produtiva e, sim, é preciso estudar as relações sociais e suas transformações.

Essa afirmação dos autores remete ao fato de que indiferente do espaço urbano, há uma diversidade de relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Inclusive, por este motivo os estudos sobre o rural não se limitam mais a determinadas áreas específicas tais como agronomia e veterinária.

Para Pires (2004), um dos autores que contribuíram para o entendimento do rural como construção social, que foi sendo progressivamente edificado por certas instituições, dentre as quais a sociologia rural, foi Marc Mormont.

Schneider (2009), ao buscar uma conceituação para a Pluriatividade, recorre a Fuller (1990), mediante a alegação de que este autor apresenta uma das mais rigorosas definições acerca do termo. Em virtude da emergência do fenômeno da Pluriatividade, diversas pesquisas têm se voltado para aspectos ligados à identidade social das famílias com características pluriativas.

2.4 OS CAMINHOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECODESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

A instituição de áreas protegidas fundamenta-se em parte na visão ideológica preservacionista, onde o segmento industrial aparece como agente degradante da natureza.

Por conta dessas ideias, foi criado, nos Estados Unidos da América (EUA) em meados do século XIX, o primeiro parque nacional do mundo, denominado de Yellowstone, para proteger a vida selvagem ameaçada

pela civilização urbano-industrial, pois se acreditava que mesmo sendo a biosfera fortemente transformada pelo homem, poderiam existir pedaços do mundo natural preservado.

Diante desse cenário, os movimentos preservacionistas pautaram suas ações sob três ideias básicas: eficiência, equidade e estética, isto é, parte deles defendia o uso eficiente dos recursos naturais, enquanto os seguidores de Pinchot sustentavam que o uso adequado dos recursos naturais deveria ser estabelecido pelo acesso democrático.

Consequentemente, o modelo de áreas naturais protegidas ganhou expressividade, no mundo e se tornou em uma das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países periféricos. Destaca-se, portanto, as ideias de Gifford Pinchot, relacionadas com o uso dos recursos naturais pela geração presente e em benefício da maioria dos cidadãos, além da prevenção do desperdício, questões estas fortemente debatidas durante a primeira conferência das Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre o meio ambiente, em 1972 (DIEGUES, 2000).

O modelo designado de ilhas de conservação que não permite a presença do homem entrou em choque com a realidade dos países cujas florestas eram habitadas por populações indígenas, ribeirinhas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas distintas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais, com grande conhecimento do ambiente (DIEGUES, 2000).

Embora, o primeiro parque nacional de área protegida tenha sido criado nos EUA, as ideias precursoras advêm da Europa, principalmente Inglaterra do século XVIII, onde havia um conjunto de concepções que ressaltavam o mundo natural domesticado, as quais privilegiavam os campos cultivados, ou seja, o homem aparece como senhor da criação em relação aos animais (DIEGUES, 2000).

Mas no início da escalada industrial, a vida urbana antes caracterizada como símbolo da civilização começou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável, acentuando desta maneira o grau da degradação social (DIEGUES, 2000).

Os escritores românticos de parte da Europa, também contribuíram para a adoção de áreas protegidas, pois escreviam sobre o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime, isto é, os românticos do século XIX, tiveram grandes influencia na criação de áreas naturais protegidas (DIEGUES, 2000).

Na França, o novo ecologismo foi inspirado por Pierre Fournier que propôs a volta às praticas de uma vida ecologicamente sadia, com retorno ao campo, na tentativa de criar uma sociedade ideal, livre e libertária aos modos das comunidades hippies na Califórnia, onde estes viviam no meio rural e perseguiram uma vida autossuficiente, por meio do uso de tecnologia apropriada e socialmente controlada, conforme a escola de Boockchin (DIEGUES, 2000).

Por isso, na Europa, as questões ecológicas passaram a ser bandeira de luta em defesa da vida, em contraposição à antiga proteção da natureza, cujas instituições decorreram do século XIX (sociedade da natureza e da vida selvagem).

Por outro lado, o embasamento científico representado pelos escritos de Julian Stewat, concernentes a Ecologia cultural, revela que nos processos adaptativos as sociedades são afetadas pelos ajustes e através deles o homem utiliza o meio ambiente.

Portanto, esses aspectos correspondem a formas de inserção do homem ao meio ambiente, ou seja, as estratégias de trocas e comercialização representam objetos de estudos da Ecologia cultural, embora esta não contemple elementos simbólicos importantes como o mundo mítico e ritual no núcleo cultural.

A Antropologia Ecológica ou Neofuncionalista representa uma corrente que teve fundamental importância sobre as ideologias e movimentos ecológicos modernos, inserindo nesta a Ecologia social de Boockchin (DIEGUES, 2000).

A corrente Antropológica ecológica recebeu critica por ser mecanicista, pois não consegue explicar mudanças sociais, justamente por ter seu enfoque na noção de equilíbrio (homeóstase), termo da cibernética usado para designar o permanente equilíbrio entre os seres humanos e o meio ambiente (DIEGUES, 2000).

5

A Etnociência preocupa-se em obter conhecimentos das populações tradicionais, por intermédio da linguística, ela analisa a forma como homem percebe o meio que o cerca, ampliando desta maneira o saber das populações humanas a respeito dos processos naturais (DIEGUES, 2000).

Por conseguinte, o modo de produção e reprodução social, assim como a representação mítica e a forma como as populações percebem seus ambientes são objetos de estudos da Antropologia Neomarxista, embasada em teóricos franceses como Godelier, Meiflassoux e Terray.

Godelier, Meiflassoux e Terray, desenvolveram uma antropologia marxista segundo princípios comparáveis. Com isso, a colonização resulta da expansão capitalista e Meillassoux se interessa pelas formas econômicas da dominação nas sociedades pré-coloniais, antes de qualquer contato com a Europa.

Essa proposição nos remete as ideias de conservação dos recursos naturais de forma racional, ou melhor, evidencia a semente materializada do desenvolvimento sustentável, o qual representa um dos primeiros movimentos contra o desenvolvimentismo a qualquer custo, que ignora as necessidades das gerações futuras.

A apropriação estratégica dos recursos naturais é observada ao longo da história, em especial nos países periféricos, onde encontramos sociedades que mantêm estreita relação com o mundo natural, como: povos indígenas, camponesas e extrativistas, como na Amazônia brasileira.

A década de setenta congregou uma grandiosa gama de conhecimentos durante longos anos de estudos e debates governamentais e não governamentais, que se transformaram em um grande marco histórico, entorno do desenvolvimento sustentável. Neste processo, a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente (CMMAD), instituída pela ONU em 1983, o desenvolvimento sustentável foi definido como: “aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades” (ALTVATER, 1992).

Todavia, transcorridos todos esses eventos, a percepção dos problemas ambientais continuam a corporificarem-se, tanto que inúmeros institutos de pesquisas ecológicas passaram a produzir para as sociedades interessadas, “relatórios retratando a situação ambiental em função da redução das reservas dos recursos naturais do planeta” (ALTVATER, 1992, p. 12).

Nos países periféricos como Brasil, México, Argentina e África do Sul, essa problemática é agravada pelo avanço do desenvolvimento ocorrido durante o pós-guerra, em face da bipolarização do mundo, pois na Ásia, África e na América latina iniciava-se um processo de recuperação do atraso industrial, não mais de substituição de importação (1930), mas agora financiada por crédito privado do exterior.

Porém, não foi a penas as dívidas externas dos países tomadores de empréstimos que cresceram, houve aumento da degradação ambiental e, conseqüentemente, da preocupação sobre estas questões divulgadas e discutidas na *Segunda Conferência do Meio Ambiente*, realizada em junho de 1992 (ALTVATER, 1992).

Como vemos a emergência das manifestações ecológicas discutidas, nas Conferências de Meio Ambiente das Nações Unidas, nos anos de 1972 e 1992, refletem a visão de um conflito crescente entre a expansão do modelo de crescimento econômico, de base industrial e os efeitos sobre os ecossistemas naturais, os quais tendem a crescer no mundo potencializando a crise ambiental e social, levada adiante pela falta de engajamento efetivo das potências econômicas mundiais, que buscam favorecer o desenvolvimento econômico em detrimento da evolução social.

Nestes aspectos, a sinergia de forças tem contribuído para a formação e a difusão de uma consciência ecológica, assim como as discussões produziram avanços em termos ecológicos, já que foi estabelecida a separação entre áreas de proteção integral e as de uso sustentável, conforme Lei Federal nº 9985/2000, a qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, e determina a criação áreas de proteção de acordo com suas finalidades, possibilitando o uso eficiente dos espaços que necessitam de proteção, por parte do poder público e comunidade.

Dessa forma, a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável é fundamental, a fim de que possamos visualizar a consolidação do modelo de produção capitalista que nos coloca na situação de crise ecológica global, onde vários problemas de degradação das condições de vida no mundo e da conotação explícita de que o padrão de desenvolvimento social atual produz, não só melhoria de vida para uma pequena parcela da sociedade, mas também reproduz em grande escala pobreza e violência, que atinge uma parte significativa da população, assunto que foi debatido durante a preparação para a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992.

Assim, as transformações econômicas, sociais e políticas operadas nas últimas décadas do século passado, confirmam a valorização do capitalismo como modelo econômico global, ou seja, neste processo está inserida a crise ecológica, de um lado e de outro, o sonho do projeto social, com a adoção do estado do bem-estar, onde houvesse uma política distributiva com justiça e cidadania, porém nem sempre os resultados previstos são favoráveis aos desígnios sociais (ALTVATER, 1992).

Portanto, a proposição de novos conceitos e modelos de desenvolvimento, objetivando assegurar o crescimento econômico e a preservação ambiental começa a mobilizar vários segmentos sociais. Observando as proposições de desenvolvimento sustentável da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), podemos identificar princípios como: integrar a conservação da natureza com o desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir a equidade e a justiça social; buscar a autodeterminação social, respeitar a diversidade cultural e manter a integridade ecológica (ALTVATER, 1992).

Sobre este aspecto, se entende que as lutas travadas no campo dos conceitos de desenvolvimentos têm

avançado, mas há necessidade da efetivação destes em políticas públicas com maior preocupação inserção nas realidades socioculturais.

Sendo assim, a proposição amplamente aceita e que se coaduna as necessidades da maior parte das sociedades é a do desenvolvimento sustentável, cuja eficiência econômica associada à eficácia social e ambiental, pode trazer supostamente, melhores condições de vida para a sociedade. Por conta deste fato, o projeto de sustentabilidade apresenta maior aceitabilidade.

Entretanto, o conceito de desenvolvimento sustentável é significado e ressignificado possibilitando projetos antagônicos, com apropriações distintas por diferentes grupos e classes sociais, com visões de mundo e interesses divergentes. Portanto, novos termos acabam sendo lançados, para se tentar incorporar as preocupações com o uso inadequado dos recursos naturais e demarcar campos distintos de compreensão acerca da sustentabilidade planetária como: socioambiental, justiça ambiental (ALTVATER, 1992).

Considerando esses pressupostos de novos termos, observa-se a tentativa de estabelecer mesmo que teoricamente, uma convergência entre a visão economicista e a ambiental. Nesse contexto os interesses nacionais estão sempre em consonância com os interesses dos países hegemônicos que, atribuem as áreas ricas em biodiversidade, uma função ecológica a nível mundial, com moldagem quase sempre de interesses globais (ALTVATER, 1992).

Esta proposição no revela que a integração de todos os elementos, faz com que o meio ambiente produza um conjunto de serviços ao sistema social, como: oferta de recursos naturais para suporte da vida e bem-estar.

Por outro lado, às incertezas do tempo presente, introduzidas pelas idéias pessimistas projetadas por aqueles que acreditam que no curto espaço de tempo haverá uma generalizada e irreversível destruição do planeta Terra por conta do sistema econômico mundial mercantilizado que atende a demanda do mercado e não se preocupa com o equilíbrio ecológico. Todavia esses fatos se contrapõem ao otimismo de muitos que acreditam que os avanços tecnológicos e científicos serão capazes de “criar alternativas viáveis para garantia do equilíbrio ecológico necessário à sobrevivência da espécie humana” (ALMEIDA, 2002).

A nova relação que se estabeleceu entre o homem e a natureza, baseada no mútuo respeito e na mútua dependência, com a predominância do interesse coletivo sobre o individual, induziram a uma nova postura da sociedade para o meio ambiente, que requer um novo enfoque dos problemas existentes e uma adequação da ordem jurídica para as suas soluções, levando em consideração os novos valores emergentes e a responsabilidade comum de sua defesa (ALMEIDA, 2002).

Ressalta-se, a necessidade de realizar a compatibilização da política criminal com as diretrizes da política ambiental, dotando-se a legislação penal de instrumentos e normas adequadas à proteção dos valores ambientais, refazendo a tipologia, redimensionando as penas e forjando um sistema que, além de apropriado às finalidades visadas, possa atender melhor aos anseios e às exigências da nova ordem social, que pretende a harmonização dos interesses da comunidade com a necessidade de preservar a natureza, no interesse das gerações vindouras (ALMEIDA, 2002).

Assim, a preservação de todos os seres bióticos e abióticos englobados na crise ecológica notabilizada na atualidade, como um dos grandes problemas a serem enfrentados pela sociedade planetária, revela uma situação caracterizada por diversos problemas que interagem mutuamente, contudo, as soluções propostas por modelos de desenvolvimentos fundamentados pelo conhecimento moderno, ainda não trouxeram resultados concretos para o equilíbrio da crise socioambiental.

O Brasil desde 1500 recebe influência do imaginário europeu, veja que a própria descrição da nova terra conquistada foi impregnada de ideias que nos remetem a um paraíso perdido. Pois os cronistas revelavam uma terra excelente por seu clima, a presença de animais e florestas exuberantes, que posteriormente serviu de atrativo ao colonizador. Os atributos ecológicos foram bem ressaltados, tanto que nossos colonizadores não tiveram a menor complacência com os recursos naturais, exploraram e levaram o que puderam, com um agravante, a base econômica colonial era instituída por ciclos de exportação de produtos agrícolas como o açúcar e o café, cuja produção demandava a degradação de grande parte das florestas, principalmente, costeiras onde as populações exerciam suas atividades produtivas (DIEGUES, 2000).

A degradação da natureza despontou sob o interesse do colonizador em explorar nossas riquezas naturais (minérios, madeira), tanto que até a árvore símbolo denominada de pau-brasil, que originou o nome Brasil quase foi extinta por conta dessa exploração desenfreada (DIEGUES, 2000).

Tanto que a própria coroa Portuguesa salientou na Carta Régia de 1797, da necessidade de se estabelecer controle na exploração dos recursos naturais da nova terra, fato constante na obra de Diegues (2000, p. 111), o qual esclarece que: “[e]m 13 de março de 1797, a carta Régia portuguesa preconizava a necessidade de tomar precaução para conservação das matas no Brasil, com intuito de evitar o seu desaparecimento”.

Certamente essa medida não sortiu efeito desejado, por isso em 1821, José Bonifácio (Ministro das negociações Estrangeiras do Reino) recebeu a tarefa de realiza as primeiras observações de cunho ecológico e propôs ao poder da época a criação de um setor administrativo encarregado da conservação das florestas, diante da crescente redução da mata atlântica, principalmente, no nordeste.

Neste sentido, esse quadro descrito teve um importante papel: o despertar de sentimento de proteção ambiental nas pessoas que se sentem incomodadas com a falta de responsabilidade de algumas pessoas com relação ao meio ambiente (DIEGUES, 2000).

Então, Historicamente, a primeira ideia de parque nacional em solo brasileiro partiu de Rebouças (abolicionista) em 1876, nos moldes Americano, mas com forte influência Positivista que almejava a necessidade de um desenvolvimento da ciência com intuito de reduzir o atraso econômico e social no Brasil, afinal, o projeto pensando para o novo mundo (Brasil) incluía a instauração de uma civilização (DIEGUES, 2000).

Euclides da Cunha, fervoroso representante desse movimento também manifestou seu protesto contra a destruição da natureza. Para ele tal ato significava a obstrução do processo da evolução social (DIEGUES, 2000).

Diante do clamor de vários segmentos da sociedade, tanto nacional como internacional, o poder público começou a se fazer presente na luta pelo uso comedido dos bens naturais, criando órgãos como o serviço florestal instituído inicialmente no estado de São Paulo em 1896 com a contribuição dos ambientalistas Coelho Neto e Augusto Lima, de outro lado Euclides da Cunha, Afonso Arinos e outros defendiam a literatura impressa em livros que tratavam da proteção da natureza, visto que ela não tinham boa aceitação naquele momento no Brasil (DIEGUES, 2000).

A primeira Conferência sobre a proteção da natureza instituída pelas sociedades dos amigos das árvores sob responsabilidade de José Sampaio e Leôncio Correia ocorreu em 1934 (DIEGUES, 2000).

A carta magna brasileira de 1937 acompanhou a de 1934 com relação ao mecanismo para combater agressões ambientais, atribuindo a União a responsabilidade de proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico (DIEGUES, 2000).

O ano de 1937 trouxe mais uma novidade no código florestal, criou em Itatiaia o primeiro parque nacional sob o prospecto do botânico Alberto Lofgrem de 1913, como meio de incentivo à pesquisa científica e lazer as populações urbanas (DIEGUES, 2000).

No Brasil, assim como nos EUA, os parques nacionais foram constituídos de grandes áreas geográficas com atributos naturais excepcionais, oferecendo oportunidades de recreação, contudo o uso era para populações externas e não incluíam indígenas, pescadores, ribeirinhos e coletores que nele moravam (DIEGUES, 2000).

Neste contexto, o governo brasileiro passou a instituir lentamente os parques nacionais, sob a incumbência do serviço florestal, criado em 1921, com o encargo de orientar, fiscalizar, coordenar programas e trabalho dos parques, além de disponibilizar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos. Sendo que os parques foram, inicialmente, criados no sudeste do Brasil em áreas consideradas populosas e urbanizadas. Entre os anos de 1959 e 1961 contávamos com doze parques nacionais sendo três deles no Estado de Goiás e um no Distrito Federal (DIEGUES, 2000).

Em 1955, foi fundada a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) pelo naturalista Henrique Roessler em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, e em agosto de 1958 Artur Basto, Eurico Santos e outros criaram no Rio de Janeiro a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) com objetivos e modo de atuações estritamente conservacionistas, que centrava suas atividades na preservação da fauna e da flora, com particular ênfase naquelas ameaçadas de extinção (JACOB, 2003).

Quanto a localização dos parques, inicialmente, foram criados no sudeste-sul do Brasil, em áreas consideradas populosas e urbanizadas (DIEGUES, 2000)

Sendo que em 1965, o novo Código Florestal definiu parques nacionais, como áreas destinadas para resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora da fauna e das belezas naturais com objetivos educacionais, recreativos e científicos. O instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) criado em 1967 e ligado ao Ministério da Agricultura, era responsável pela administração das unidades de conservação (DIEGUES, 2000).

8

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) em relação a sua atuação nos movimentos sociais promoveu o I Seminário de Educação Ambiental com ênfase nas Águas e Florestas do Pará. O seminário integra os programas Pará Terra de Direitos, Um Bilhão de Árvores para a Amazônia e Água para Todos e visa fomentar o uso racional da água, a manutenção e recuperação das Áreas de Preservação Permanente em todas as regiões hidrográficas do Estado.

Inclusive, o rápido desmatamento para a expansão da fronteira agrícola na Amazônia provocou a criação de algumas unidades de conservação importantes, manifestadas por preocupações ambientais e



incluídas no programa de integração regional de 1970 do governo Federal, assim foi criado quinze pólos de desenvolvimento na região Amazônica e unidades de conservação, dentre estas o parque nacional da Amazônia em Itaituba-PA, com mil hectares (DIEGUES, 2000).

O IBDF em 1979 desenvolveu o plano de unidade de conservação no país, a partir de um estudo detalhado nas regiões propostas como prioritárias para a implantação de novas unidades, objetivando, também, rever as categorias de manejo, parques e reservas biológicas (DIEGUES, 2000).

Portanto, esse período de 1970 à 1986, em pleno autoritarismo militar a criação era feita de cima para baixo, conseqüentemente, sem consulta das partes envolvidas (região e população) (ALTVATER, 1992).

Neste período, segundo Jacobi (2003, p. 3), “surgem diversos grupos ambientalistas, que se estruturam no início do processo de liberalização política” e pelo estímulo ambiental da Conferência de Estocolmo (1972). Entretanto, em âmbito nacional a postura brasileira recebia críticas por parte de alguns países desenvolvidos, pela ausência efetiva de normas reguladoras para combater os graves problemas ambientais.

É importante se observar a postura brasileira favorável ao crescimento econômico do país e, de outro lado, a necessidade de formalizarem-se mecanismos de proteção e conservação ambiental. Logo, em 1973 o governo criou a Secretaria do Meio Ambiente Federal (SEMA), qual passou a administrar as unidades de conservação até o surgimento em 1989 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), desse modo os órgãos de proteção do meio ambiente se efetivaram no contexto brasileiro, com o propósito de conservação do meio ambiente e permitir o uso racional dos recursos naturais (DIEGUES, 2000).

Diante desses fatos, os movimentos de proteção ao meio ambiente desenvolveram-se em maior parte na região Sul-Sudeste, e são formados por ativistas que aproveitaram os conhecimentos adquiridos em comunidades alternativas rurais como ações de educação ambiental, trabalhos de proteção e recuperação de ambientes degradados, protegiam ambientes ameaçados e denunciavam os problemas de degradação do meio ambiente aos setores competentes, sendo que alguns recebiam ajuda financeira de pessoas sensíveis a causa ambiental (DIEGUES, 2000).

As ações desses grupos começaram orientadas para a denúncia e a conscientização pública sobre a degradação ambiental, principalmente, com enfoque local, e em outros casos, desenvolveram campanhas de abrangência regional e mesmo nacional, como é o caso da campanha de denúncia contra o desmatamento na Amazônia em 1978, a luta contra a inundação de Sete Quedas no Rio Paraná e outras registradas em literatura.

Muitas dessas lutas ambientais obtiveram bastante repercussão no exterior, e foram referências fundamentais para a multiplicação de pressões contra o governo brasileiro, durante os anos finais do regime autoritário, sendo que a maioria das práticas eram pautadas pelo voluntarismo dos militantes mais engajados.

O retorno de pessoas exiladas, fortaleceram as lutas dos movimentos ecológicos no Brasil, pois marcaram o início de questionamentos da comunidade científica e de organizações ambientalistas sobre as políticas de governo (DIEGUES, 2000).

As iniciativas ambientais ocuparam durante a década de 1970 e a primeira metade dos anos 1980, uma posição secundária no discurso dos movimentos reivindicatórios pela constituição da cidadania em função de dois fatos principais, o interesse em atender as necessidades básicas do ser humano e as ações do governo autoritário, o qual procurava estabelecer estratégias desenvolvimentistas (DIEGUES, 2000).

O cenário descrito reforça um discurso no qual o sonho desenvolvimentista aparecia como único capaz de contornar os terríveis problemas enfrentados pelo país. Tornou-se cada vez mais claro que as promessas desenvolvimentistas não poderiam se concretizar, tendo em vista que os problemas sociais não foram resolvidos e as graves distorções como a concentração da renda e da propriedade se alastravam (DIEGUES, 2000).

Todavia, a crise do modelo de desenvolvimento representou um dado importante, considerando que, possibilitou o ingresso da problemática ambiental na pauta da opinião pública, alertando para a tomada de consciência da devastação contra o meio ambiente. Dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPEA) da avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros, indicam que o Brasil mantém em seu território a maior extensão de floresta tropical do planeta. Entretanto, a extensão das queimadas na Amazônia e no Cerrado, bem como a eliminação quase total da Mata Atlântica estimula a articulação de lutas que agregam ONGs europeias e norte-americanas a juntarem-se aos ambientalistas brasileiros, contra os projetos que interferem no meio ambiente (MMA/DBF, 2002).

Assim, sobre pressão de atores ambientalistas, em 1992, foi encaminhada ao congresso nova proposta do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), que em seu plano atual (projeto de lei nº 2.892), reflete mais uma vez, a visão extremamente conservadora da questão ambiental no Brasil, que se encontra bem aquém do debate internacional.

Neste sentido, os movimentos ambientalistas não têm conseguido atingir os objetivos de informar e conscientizar a sociedade brasileira acerca dos problemas ambientais, desse modo passaram a buscar novas formas de trabalho.

Por isso, na década de 1980 podem ser observadas iniciativas para aprimorar os instrumentos legais de gestão ambiental, uma parcela de ambientalistas enveredando no campo político-institucional, a profissionalização de ambientalistas e aproximação do ambientalismo junto aos movimentos sociais.

Essa configuração que ocorre no corpo dos movimentos se reflete em vitórias concretas das lutas do movimento ecológico em diversas cidades do Sul-Sudeste, no nível do processo decisório das políticas públicas municipais.

Esse é um fato importante, pois traz gradualmente uma mudança qualitativa na opinião pública, que passa a legitimar as lutas ambientais e os atores envolvidos. Contribuindo de forma decisiva, para o fortalecimento do combate a degradação ambiental.

Esta ação representa tanto a percepção de parcela dos representantes dos movimentos ambientalistas da pouca efetividade das ações, bem como a formação de uma frente Parlamentar Verde, composta por deputados, fundamentalmente do Partido Social-Democrata Brasileiro e do Partido dos Trabalhadores, que deram uma conotação moderna a legislação ambiental brasileira, em termos de proteção ambiental, com o zoneamento ambiental, os Estudos de Impactos Ambientais, e a aplicação de diversas penalidades para os que causam danos ao meio ambiente (JACOBI, 2003).

Por conseguinte, ocorre uma crescente inovação na cultural ambientalista brasileira. As entidades transcendem a prática da denúncia, e focalizam suas forças na formulação de alternativas viáveis de conservação e de restauração de ambientes degradados.

A importância da vertente socioambientalista pode ser verificada pelo crescimento do número de entidades não governamentais, movimentos sociais e sindicatos que incorporam a questão ambiental na sua agenda de atuação (JACOB, 2003).

É interessante, notar que o processo de melhor articulação das organizações ambientalistas e destas com as denominadas ONGs sociais é bastante complexo, mas tem possibilitado bons resultados, principalmente, na obtenção de recursos humanos qualificados e politicamente sintonizados com a causa ecológica, em consonância com a realidade da população brasileira.

Nesse sentido, as próprias organizações não governamentais remanescentes das organizações populares da década anterior, buscaram ampliar seu campo de atuação, recorrendo diretamente a financiamento externo para o desenvolvimento de projetos nessa área (JACOB, 2003).

Todavia, a união de esforços, ainda não são satisfatórios, parte dos segmentos sociais desconhecem as lutas travadas no âmbito ambiental, principalmente, quando verificamos dados de pesquisa a respeito da percepção da população brasileira diante da problemática do meio ambiente. Segundo Jacob (2003, p. 17), após cinco anos depois da Rio-92 os brasileiros continuam pouco informado sobre as questões ambientais.

Cerca de 95% da população brasileira nunca ouviu falar da Agenda 21. Além disso, a perda da Biodiversidade, a Desertificação dos solos e o Efeito Estufa permanecem desconhecidos para 78%, 71% e 54% da população, respectivamente.

Esse quadro demonstra que, embora, ocorra conjugação de esforços, os movimentos ambientalistas ainda não conseguiram tornar visível a questão ambiental para parte da sociedade brasileira.

Diante do exposto podemos dizer que, as ações dos movimentos ecológicos no Brasil, não conseguiram ainda a adesão massiva da sociedade como um todo em prol do meio ambiente, mas possibilitaram o despertar sobre a necessidade do engajamento de parte significativa dos segmentos sociais, em face das mudanças, principalmente climáticas, ocorridas no mundo.

CONCLUSÃO

10

Este estudo permitiu uma reflexão sobre território, identidade e diversidade, demonstrando os valores das comunidades ribeirinhas e contribuindo para a incorporação da diversidade cultural e reconhecimento da sua identidade. Os ribeirinhos contem aspectos que os caracterizam e os fazem serem reconhecidos como, por exemplo, como os habitantes produzem por meio de seu uso, costumes, tradições e suas territorialidades.

Neste sentido, conclui-se as comunidades ribeirinhas produzem uma gama de significados por meio das vivências as margens dos rios e de expressões simbólicas construídas e organizadas que se estabelecem socialmente legitimando as identidades territoriais individuais e coletivas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova des) ordem mundial.** São Paulo: UNESP, 1992.
- BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras.** In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio: Contracapa, 2000.
- CARDOSO, Aparecida Mendes. Práticas produtivas e políticas públicas de desenvolvimento local no Vale do Ribeira-SP. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.** ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP, ano II, v.2, n. 2, jul./dez. 2022.
- CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva,** 2ed, Rio de Janeiro, Lúmen Júris. 2000.
- COMUNE, Antonio Evaldo. Meio Ambiente, Economia e Economista: uma breve discussão. In: **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: campos, 1994.
- CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais.** São Paulo, EDUSC, 2002.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 3.ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB; USP, 2000.
- FRIAS Aníbal. “**A Praxe dos caloiros: unrite de passage**”, *Recherches em Anthropologie du Portugal*, nº 5, Paris, Maison de Sciences de l’Homme: 1998.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, LTC, 1988.
- JACOB, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil, representação social e complexidade de articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (ORG.). **Patrimônio Ambiental.** São Paulo: EDUSP, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- MARTINS, José Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. **Estudos Sobre As contradições da Sociedade Agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.
- OLIVEN, A. C. **A paróquialização do ensino superior.** Petrópolis: Vozes, 1990.
- PIRES, André. Um sentido dentre outros possíveis: o rural como representação. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO da Silva, José. **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização.** Brasília, DF: Embrapa Informação tecnológica, 2004. p. 149- 171.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** Hucitec – Ampur. SP, 2000, p. 24.
- TEIXEIRA, Jerônimo. Contra o mito da “nação bicolor” - As falácias da política de cotas raciais na análise demolidora de Ali Kamel. **Revista Veja.** Edição 1969. 16 de agosto de 2006. Disponível em: http://veja.abril.com.br/160806/p_126.html. Acesso: mar. 2023.